

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : JB

CLASS. : 366

DATA : 12 09 87

PG. : _____

CPI sobre caso do Cimi não avança

BRASÍLIA — O deputado Ronan Tito (PMDB-MG), relator da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que apura denúncias do jornal *O Estado de S. Paulo* contra o CIMI (Conselho Indígena Missionário), acusando-o de envolvimento em uma suposta intriga internacional contra a soberania brasileira na Amazônia, manifestou sua preocupação com a urgência de se apurar os fatos, "para que o plenário da Constituinte possa votar esclarecido". O relator irritou-se com o cancelamento da reunião de quarta-feira determinada pelo presidente da comissão, deputado Roberto Alves Cardoso (PMDB-SP), diante do não comparecimento, para prestar depoimento, do diretor-responsável do jornal, Júlio de Mesquita Neto, que alegou problemas de saúde.

"Enquanto o senhor Júlio de Mesquita não apresentar documentos, as reportagens não passam de boatos que podem tumultuar o plenário da Constituinte", declarou, acrescentando preferir acreditar que realmente as denúncias não têm fundamento, "porque senão estaria caracterizada a completa ineficiência do Exército, do Conselho de Segurança Nacional e do SNI diante de um quadro de tal gravidade".

Ronan Tito não descarta a possibilidade de que, por trás das matérias do jornal, existam "interesses econômicos escusos", o que, segundo ele, deve ser imediatamente apurado, já que será votado um capítulo da Constituinte que trata exatamente de mineração em áreas indígenas. O problema é que a comissão tem prazo regimental de 120 dias (até 3 de janeiro de 1988) para concluir seus trabalhos e a Constituição será votada em novembro. Daí, a irritação do deputado com o cancelamento da sessão.